

## Valores socioeconómicos <sup>1</sup>

Este estudo de valoração da produção global do PNM seguiu uma metodologia de base territorial. Os seja, pretende-se não só valorar a produção global, mas igualmente a sua distribuição ao longo do território, de forma a poder servir de base à definição de medidas de ordenamento. Começa-se por valorar a produção do sector primário, incluindo as produções resultantes da agricultura e outras actividades com ela relacionadas, a pecuária, a floresta; a caça e pesca. Valoriza-se depois a produção do sector secundário, com base nas unidades transformadoras existentes; o sector terciário, em particular o turismo e o pequeno comércio e, por fim, faz-se ainda uma valoração relativa, não quantificada em unidades monetárias, dos serviços ecossistémicos produzidos no PNM.

### 1.1 Sector primário

Este trabalho foi realizado no âmbito dos estudos preliminares do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. Na avaliação do valor da produção do sector primário da economia do Parque Natural de Montesinho, a que de seguida se procede, consideram-se, sucessivamente, as produções resultantes da agricultura, pecuária e floresta; de outras actividades relacionadas com as primeiras e a caça e pesca. Recorre-se a metodologias diversas, consoante as produções em causa e a disponibilidade dos dados, procurando reflectir as condições médias das actividades existentes na região.

#### *Agricultura, Produção Animal e Silvicultura*

Partindo da definição e caracterização do sistema de utilização do território, anteriormente apresentada (ponto 5.3 do Estudo A1) procede-se de seguida à avaliação da produção agro-florestal do território do Parque Natural de Montesinho.

Considerando os objectivos desta avaliação, em particular o de permitir inferir sobre a relação entre a sustentabilidade das actividades socio-económicas, a sua inserção territorial e a distribuição das populações que as desenvolvem, considerou-se fundamental proceder a uma avaliação tão rigorosa quanto possível do valor das produções, normalmente classificadas no sector primário e, simultaneamente, “territorializar” essa valorização; ou seja: conhecer para cada ponto do território, em função dos seus usos, o valor económico das produções que gera. A cartografia destes valores poderá depois ser cruzada com variáveis de natureza muito diversa.

Para levar a cabo esta avaliação recorreu-se a uma metodologia que se sustenta em duas etapas fundamentais: primeiro, avaliação das superfícies dedicadas aos diferentes tipos de uso do solo, considerando os tipos de utilização do território anteriormente definidos, e depois dos seus resultados económicos.

Relativamente ao primeiro destes aspectos, tendo em conta a impossibilidade de, nos prazos disponíveis, realizar nova cartografia do uso da terra, recorreu-se à carta de ocupação do solo de 1990 (COS) do Instituto Geográfico Português. Para tal estabeleceu-se uma equivalência entre a legenda da COS e os sistemas de utilização do território atrás caracterizados. A este processo está associada uma margem de erro com alguma importância, ainda não seja possível quantificá-la. Este erro resulta da acumulação de vários tipos de erros parciais: em primeiro lugar deficiências de

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado no âmbito dos estudos preliminares do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho e teve a autoria de Orlando Rodrigues

fotointerpretação da COS. Esta carta apresenta alguns erros evidentes de fotointerpretação, sendo que a maior parte deles são consistentes, ou seja, interpretam quase sempre um determinado tipo de uso de uma forma, não correspondendo, porém, essa interpretação ao uso real. Identificados estes erros procurou proceder-se à sua correcção reclassificando os usos. De um modo geral estes erros assumem maior dimensão na distinção entre os diferentes tipos de usos agrícolas, do que na identificação dos usos florestais e do coberto vegetal natural. Uma outra fonte de erro resulta da não integral coincidência entre a classificação da COS e a nossa classificação de tipos de usos da terra. Por fim, o terceiro tipo de erro advém da antiguidade da informação. Na verdade, desde 1990, ano a que se refere a COS, o uso da terra sofreu mudanças significativas em alguns tipos de usos, ainda que noutros exista uma grande estabilidade.

Apesar destes erros, quando comparados com outras fontes, em particular com os dados dos Recenseamentos Agrícolas do INE, da Inventário Florestal ou da carta Corine LandCover, os dados assim obtidos parecem constituir uma boa aproximação à realidade.

A segunda etapa, de avaliação económica dos diferentes tipos de uso da terra, reveste-se também de alguma complexidade, uma vez que requer, para as condições locais, uma caracterização completa dos diversos tipos de uso, ou seja, a identificação das várias actividades produtivas que os integram, seguida da avaliação dos consumos, das produções, dos preços e das interrelações com os restantes tipos de usos. Recorreu-se, por isso, com pequenos ajustamentos, aos resultados obtidos noutro trabalho (Rodrigues, 2000). No quadro seguinte apresenta-se o resumo dos valores utilizados. Todos os valores se referem ao ano 2000. As actividades de produção pecuária foram reflectidas nas actividades vegetais que as sustentam, de tal forma que seja possível fazer uma avaliação da produção em cada ponto do território. A produção bovina encontra-se reflectida nos tipos de utilização da terra “lameiros” e “sistema intensivo de culturas anuais” e a produção ovina e de mel, neste caso do Parque na sua globalidade, foram utilizadas para estimar a produção dos “matos”, considerando que, como atrás se mostrou, são sobretudo estes espaços naturais que sustentam tanto a produção de pequenos ruminantes como a produção apícola.

**Tabela 1 – Resultados económicos do sistema de utilização do território no Parque Natural de Montesinho**

Rubricas	Sistemas de utilização da terra							
	CE	CICA	Horta	Vinha	Castanh	Lameiros	Carvalhal	Matos
<b>1 Valor da Produção</b>	<b>31.58</b>	<b>123.91</b>	<b>700.00</b>	<b>105.00</b>	<b>300.00</b>	<b>203.00</b>	<b>36.64</b>	<b>9.26</b>
2 Consumo intermédio + consumo capital fixo	41.73	86.08	186.26	33.66	21.26	59.85	0.00	1.85
<b>3 Valor acrescentado líquido a preços de base (1-2)</b>	<b>- 10.15</b>	<b>37.83</b>	<b>513.74</b>	<b>71.34</b>	<b>278.74</b>	<b>143.15</b>	<b>36.64</b>	<b>7.41</b>
4 Outros impostos sobre a produção	0.06	0.25	1.40	0.21	0.60	0.41	0.07	0.02
5 Outros subsídios à produção	30.38	62.50	18.00	18.00	81.20	301.80	21.00	2.82
<b>6 Rendimento dos factores (3-4+5)</b>	<b>20.16</b>	<b>100.09</b>	<b>530.34</b>	<b>89.13</b>	<b>359.34</b>	<b>444.54</b>	<b>57.57</b>	<b>10.20</b>
7 Remuneração dos Trabalho	3.49	79.53	278.58	226.59	57.42	217.28	3.10	
<b>8 Excedente líquido de exploração (6-7)</b>	<b>16.67</b>	<b>20.56</b>	<b>251.76</b>	<b>- 137.47</b>	<b>301.91</b>	<b>227.26</b>	<b>54.46</b>	<b>10.20</b>
9 Juros a pagar + lucro	0.47	1.86	10.50	1.58	4.50	3.05	0.55	0.14
<b>10 Rendimento Fundiário (8-9)</b>	<b>16.20</b>	<b>18.70</b>	<b>241.26</b>	<b>- 139.04</b>	<b>297.41</b>	<b>224.22</b>	<b>53.91</b>	<b>10.07</b>

CE Sistema cerealífero extensivo

CICA Sistema Intensivo de Culturas anuais

(a) Sistema de preços, de subsídios e tecnológico referido ao ano de 2000

Fonte: Rodrigues, 2000

No quadro acima especificam-se os resultados económicos utilizados para valorizar cada tipo de utilização do território. Cada um desses usos sustenta-se em relações muito diversas tanto com o consumo de factores intermédios adquiridos ao exterior, como quanto à intensidade de utilização

do trabalho e, nessa medida, também quanto à capacidade de sustentação de população. São também distintas as suas relações com as políticas: alguns daqueles usos sustentam a sua rendibilidade largamente em subsídios, ao passo que para outras a dependência desse suporte político é mínima. Considerando a disponibilidade dos dados apresentados no quadro acima para cada ponto do território, são possíveis várias análises, nomeadamente de sensibilidade face a alterações nos preços ou nas políticas. Contudo, considerou-se mais ajustado a esta fase do Plano a apresentação de um indicador de produção líquida do território, no sentido de avaliar a produção gerada pelos diferentes usos, depois de descontada a remuneração e o consumo de todos os factores utilizados para as obter, exceptuando o território.

Neste sentido, o resultado económico utilizado para avaliar a produção líquida do território foi o Rendimento Fundiário, o qual pode ser definido como o excedente económico que resta depois de deduzidos os consumos e a remuneração de todos os factores de produção, com excepção da terra. O processo de cálculo encontra-se explicitado no quadro anterior. Repare-se que este resultado traduz um “valor acrescentado” do território e não uma medida da sua produção bruta. Tem interesse para comparar com outros territórios e, sobretudo, para identificar as diferenças e heterogeneidades internas.

No quadro seguinte apresenta-se a superfície estimada para cada tipo de uso da terra, assim como o rendimento líquido do território resultante de cada um desses usos. Repare-se que o valor da Superfície Agrícola Utilizada a que se chegou (27 632 ha) é muito próximo do que foi calculado pelo RGA de 89 (31 183 ha) se tivermos em conta que a superfície territorial do quadro abaixo corresponde estritamente à área do Parque, ao passo que os valores do INE integram todo o território das freguesias, quer se incluam integralmente no Parque, quer só parcialmente.

## RELATÓRIO

Tabela 2 – Superfície e valor da líquido da produção dos diferentes tipos de utilização da Terra no Parque Natural de Montesinho

Uso da Terra	Área (ha)	%	Rendi. Líquido do Territ. (€/ano)	Valor da Produção do Territ. (€/ano)
<b>1 Agricultura</b>		<b>37,1%</b>		
<b>11 Terras aráveis</b>				
111 Sistemas de Culturas anuais				
1111 Sistema extensivo de culturas anuais	17166	23,0%	1.386.828	2.704.026
1112 Sistema intensivo de culturas anuais	1126	1,5%	105.061	696.183
112 Hortas	1366	1,8%	1.643.459	4.768.458
<b>12 Culturas permanentes</b>				
121 Vinha	587	0,8%	-407.379	307.644
122 Castanheiro	3538	4,8%	5.248.892	5.294.540
123 Pomares	50	0,1%		
124 Oliveira	10	0,0%		
<b>13 Prados e pastagens permanentes</b>				
131 Lameiros	3769	5,1%	4.214.913	3.816.034
<b>2 Floresta</b>		<b>25,4%</b>		
<b>21 Povoamentos Naturais</b>				
2111 Q. <i>pyrenaica</i>	6136	8,2%	1.650.185	1.121.486
2112 Q. <i>rotundifolia</i>	471	0,6%	126.606	86.043
213 Bosques ripícolas	390	0,5%	104.770	71.203
<b>22 Povoamentos Introduzidos</b>				
221 Pinhal	11286	15,2% (a)	(a)	(a)
222 Castiçal	135	0,2%	36.223	24.618
229 Outros povoamentos introduzidos	487	0,7%	130.882	88.949
<b>3 Matos e incultos</b>	24659	<b>33,1%</b>	1.238.023	1.138.971
<b>4 Improdutivo</b>	2758	<b>3,7%</b>		
<b>5 Social</b>	491	<b>0,7%</b>		
<b>6 Água</b>	56	<b>0,1%</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>74481</b>		15.478.465	20.118.155

(a) Considerando o risco de incêndio, a probabilidade de ao fim de 50 anos se manter um povoamento estreme de pinheiro é próxima de zero, pelo que não se considerou nulo o valor deste uso. Para os restantes usos florestais admitiu-se o mesmo valor unitário de rendimento do carvalho.

Nota: O Rendimento líquido do território corresponde ao rendimento fundiário, cujo cálculo se explicita no quadro anterior. O valor da produção do território resulta da valorização a preços de mercado da produção total obtida, sem dedução de qualquer custo. Note-se que, por via do efeito dos subsídios, a produção bruta é, em alguns casos, inferior ao rendimento fundiário.,

Na figura seguinte apresenta-se a distribuição territorial dos tipos de utilização do território no Parque Natural de Montesinho. Ainda que a escala não permita uma análise detalhada, é evidente a hierarquização dos usos em torno das comunidades rurais, sucedendo-se uma menor intensidade dos usos do centro para a periferia de cada aldeia.

Apresenta-se depois, na figura a seguir, a representação territorial da produção líquida do território, a qual evidencia ainda mais claramente essa estrutura de relação da sociedade com o uso do território. Como se esperaria a zona sul e central do Parque, onde se concentra o povoamento

(comparar com cartas demográficas, ponto 6.1.1), apresenta maior capacidade de produção de riqueza através das actividades utilizadoras do território.

Figura 1 – Distribuição dos tipos de utilização do território na área do Parque Natural de Montesinho

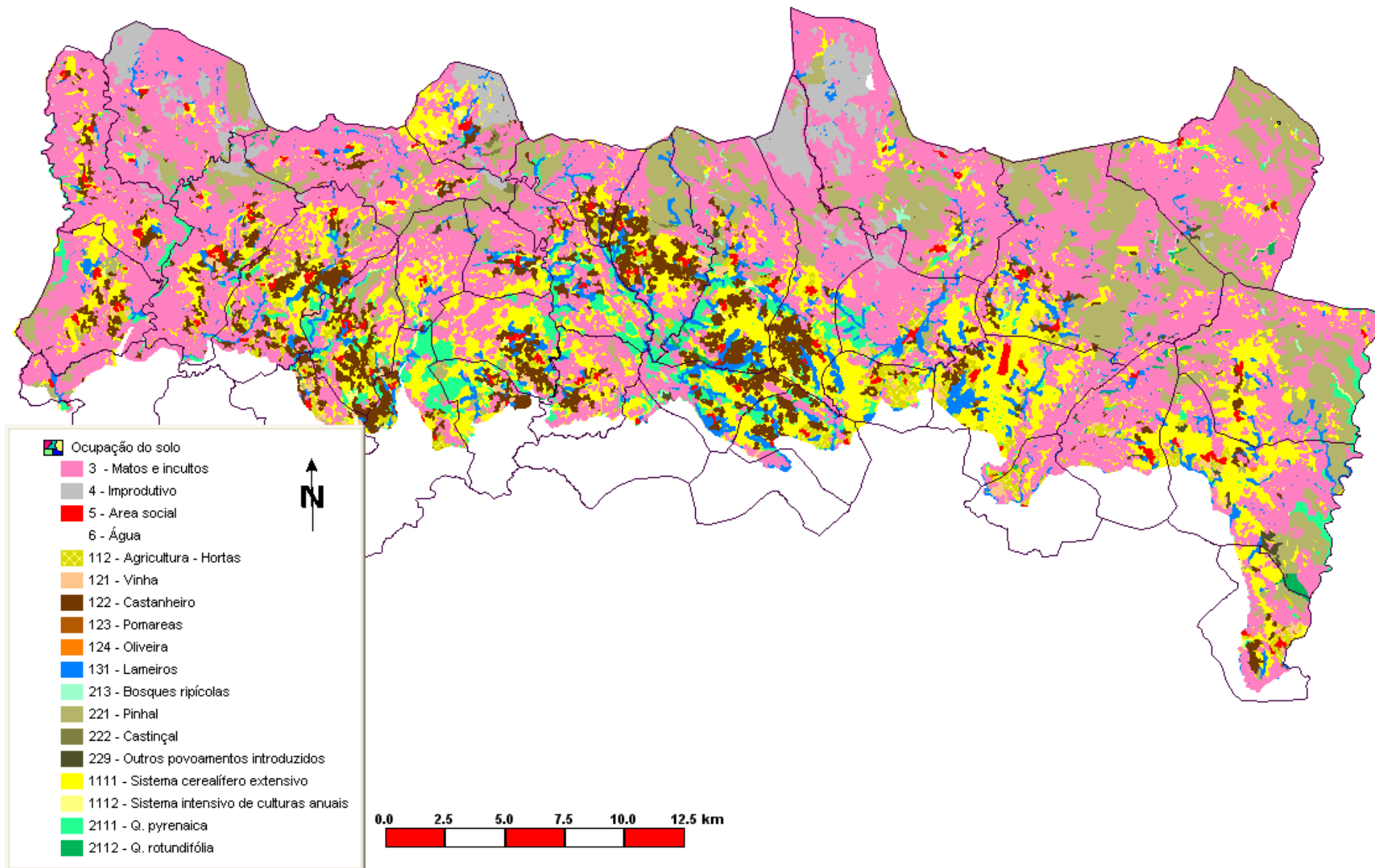
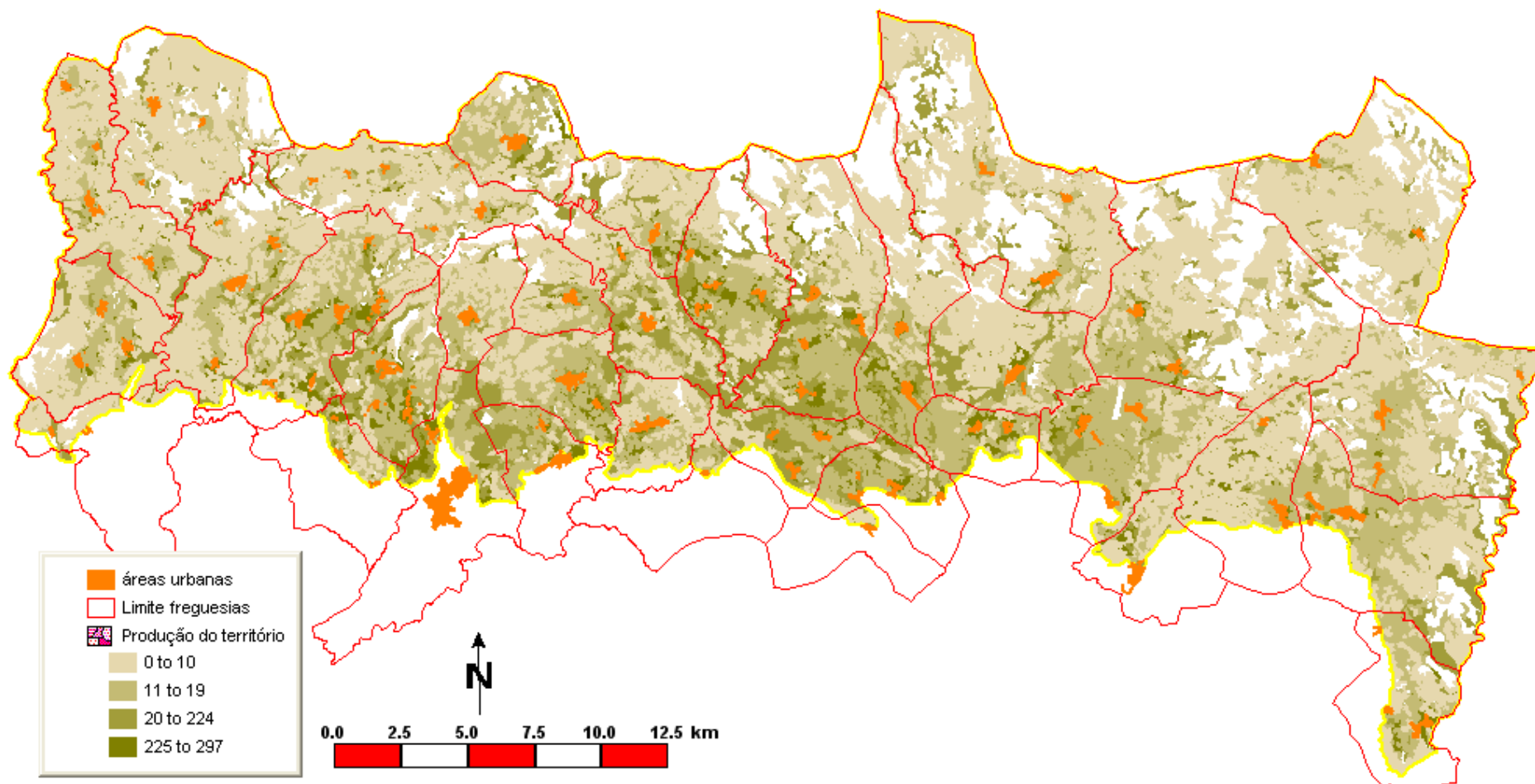


Figura 2 – Distribuição do rendimento líquido do território na área do Parque Natural de Montesinho



### ***Outras actividades relacionados com a agricultura e a silvicultura***

Merece ainda um destaque especial neste sector a actividade comercial ligada ao corte, compra e venda de madeira e de lenha. Foram identificados 6 agentes com actividade nesta área, envolvendo 16 postos de trabalho a tempo completo e cerca de quatro eventuais, o que se traduziria num valor acrescentado directo da actividade de cerca de 90 000 Euros por ano. Contudo, esta actividade tem um carácter mais difuso, funcionando como complemento da actividade agrícola e envolvendo muitos agricultores que, com maior ou menor regularidade, se dedicam também ao corte e venda de lenha para aquecimento, aproveitando a disponibilidade de máquinas e trabalho nalgumas épocas do ano.

Uma outra actividade outrora importante, dizia respeito ao negócio de gado, ao qual se dedicavam alguns agentes na região do Parque. Hoje em dia, com a normalização dos circuitos económicos, esta actividade praticamente desapareceu, embora tenham sido identificados dois agentes que dizem ainda exercer esta actividade, mediando, sobretudo, transacções de animais entre agricultores.

### ***Caça e Pesca***

No sector primário deve ainda considerar-se as actividades da caça e pesca. Pela sua natureza, tratando-se de produções que, embora obtidas no território do Parque, são conduzidas, quase sempre, por agentes externos, e originando benefícios difusos, a quantificação rigorosa dos benefícios destas actividades é difícil.

Como anteriormente se referiu, quando se caracterizou estas actividades, a avaliação económica da caça e pesca reveste-se de elevada complexidade. Para além das múltiplas origens de receita destas actividades, não existem dados disponíveis suficientemente consistentes que permitam fazer uma avaliação minimamente rigorosa das receitas e custos associados a estas actividades. Só um trabalho de investigação de maior fôlego, fora do âmbito deste Plano, permitiria fazer essa avaliação.

No caso da caça existem dois regimes cinegéticos, ordenado (65,38% da área do PNM) e não ordenado, e quatro tipos de zonas de caça no regime ordenado. Quando se caracterizaram as actividades económicas fez-se uma exposição mais extensa dos dados económicos que foi possível recolher relativamente a esta actividade. Como então se explicou, não foi possível recolher informação económica relativamente às zonas de caça associativa e municipal. Mesmo relativamente às zonas de caça onde foi possível recolher informação mais rigorosa, esta não é suficiente para fazer uma reconstituição minimamente credível das receitas e custos associados à actividade. Deste modo, optou-se por tomar um indicador indirecto do Valor Líquido da produção desta actividade. Ou seja, admitiu-se que o valor da renda paga às populações pela Turicorço, empresa privada concessionária da Zona de Caça Turística da Serra da Coroa, reflecte o valor líquido da produção do território, depois de deduzidas às receitas da actividade todos os custos com o consumo e uso dos restantes factores. Admite-se ainda como verdadeiras as seguintes condições: (i) que o respeito pelo plano de gestão da zona de caça permite uma exploração sustentada dos recursos cinegéticos, (ii) que, em termos médios, a disponibilidade de recursos cinegéticos é aproximadamente homogénea em todo o território do Parque. Numa análise mais fina este pressuposto não seria sustentável, sobretudo no caso das populações de curso e veado, muito dependentes de habitats particulares. Contudo, para uma avaliação global a aproximação é aceitável. (iii) Por último, admite-se que as zonas já em regime de caça ordenado ou cujos processos estão em fase de instrução correspondem às áreas onde há disponibilidade de recursos cinegéticos, ficando assim de fora as áreas urbanizadas ou sob forte influência humana.

Deste modo, admitindo que esta via metodológicas fornece uma aproximação aceitável ao valor líquido da produção do território, o valor dessa produção seria o que se explicita na tabela seguinte.

Tabela 3 – Valor Líquido da produção da actividade caça no Parque Natural de Montesinho

Denominação e código	Área do PNM (ha)		VL (€)
	Ordenada	Regime	
Lomba 1766	1967,79	ZCA	5903,37
Babe 3151	1169,27	ZCM	3507,81
Baixa Lombada 1963	1802,84	ZCA	5408,52
Baceiro 1071	144,77	ZCA	434,31
Donai 2788	930,39	ZCA	2791,17
Edral 1028	45,37	ZCA	136,11
Vilarinho 3621	1811,72	ZCA	5435,16
Serra de Montesinho 2986	2323,23	ZCA	6969,69
Fresulfe 2360	1074,09	ZCA	3222,27
Gimonde 2913	445,13	ZCA	1335,39
Lombada 357	19199,62	ZCN	57598,86
Moimenta 2988	1234,3	ZCA	3702,9
Montouto 3896	804,63	ZCM	2413,89
Coroa de Baixo 1272	1897,42	ZCA	5692,26
Parâmio 3153	2209,4	ZCM	6628,2
Pinheiros 2026	1975,21	ZCA	5925,63
Rabal 1838	1544,72	ZCA	4634,16
Santa Ana (Meixedo) 3917	667,27	ZCA	2001,81
Tuela 1859	1152,93	ZCA	3458,79
Sobreiró 2364	365	ZCA	1095
Coroa de Cima 1270	1682,55	ZCA	5047,65
Serra da Coroa 360	2199,99	ZCT	6599,97
Vila_Verde 3851	815,22	ZCM	2445,66
Peleias 4108	397,19	ZCM	1191,57
Castro Avelãs 4132	47,9	ZCM	143,7
Vinhais 3004	844,85	ZCM	2534,55
<b>Total de Área Ordenada</b>	<b>48752,8</b>	<b>-</b>	<b>146258,4</b>
	Em Instrução		
Baceiro	138,46	-	415,38
Espinhosela	2675,45	-	8026,35
Montouto Anex	1136,83	-	3410,49
Soutelo/Gamoneda	2156,19	-	6468,57
<b>Total de Área em Instrução</b>	<b>6106,92</b>	<b>-</b>	<b>18320,76</b>
<b>Total</b>	<b>54859,72</b>	<b>-</b>	<b>164579,16</b>

No caso da pesca desportiva, como anteriormente se referiu, a avaliação económica é ainda mais complexa, pois existem três tipos de licenças (Nacionais, Regionais e Concelhias), não sendo possível contabilizar o número de pessoas que exerce a actividade de pesca desportiva no PNM, nem o número de capturas, uma vez que a legislação não as limita, com excepção dos troços de pesca reservada.

Optou-se igualmente aqui por seguir uma via de aproximação indirecta ao valor desta actividade. Neste caso admitiu-se que as taxas de captura autorizadas para a zona de pesca reservada criada num troço do Rio Baceiro, numa extensão de 10 Km, correspondem aproximadamente às capturas médias possíveis de modo a salvaguardar a utilização sustentada dos recursos. Assim, admitindo a presença média de 10 pescadores por dia (máximo admitido), 60 dias por ano e uma captura unitária de 1 kg de truta fário (6 exemplares por pescador é o máximo admitido) viria:  $(10 \times 60 \times 1)/10 = 60$  Kg de truta fário por km de rio por ano. Admitindo um preço médio de 17,5 € por Kg, teríamos 1050 € por ano e km de rio como valor média da produção da actividade da pesca no PNM. Nesta actividade, não havendo custos significativos de gestão e de exploração associados, pode admitir-se que o valor das capturas corresponde à produção líquida da actividade. Assim, considerando a extensão dos cursos de água do PNM o valor global da produção desta actividade seria aquele que se apresenta no quadro seguinte.

**Tabela 4 – Valor Líquido da produção da actividade pesca no Parque Natural de Montesinho**

<b>Curso de água</b>	<b>Extensão (Km)</b>	<b>Valor Produção (€ano)</b>
Ribeira de Aveleda	19,6	20539
Rio de Onor	28,3	29679
Sabor	26,2	27551
Maças	19,8	20816
Rib <sup>a</sup> das Andorinhas	7,0	7337
Baceiro	19,7	20720
Mente	17,3	18154
Rabaçal	22,9	24034
Assureira	12,2	12761
Tuela	21,1	22193
Igrejas	16,2	17054
<b>TOTAL</b>		<b>220837</b>

Uma vez mais, importa referir que esta avaliação constitui apenas uma aproximação, uma vez que não tem em conta a diferencial produtividade biológica dos cursos de água, nem as capturas reais das espécies piscícolas. Contudo, considerando que o troço de rio tomado como referência reflecte condições intermédias de produtividade dos rios do Parque e que se pretende considerar uma taxa de extracção sustentável, a via metodológica adoptada é aceitável.

## 1.2 Sector secundário

Como anteriormente se referiu as actividades artesanais ou industriais existentes no PNM restringem-se a algumas carpintarias, oficinas, padarias e pequenas unidades de produção de enchidos. Para além destas, assumem particular relevo as actividades relacionadas com a construção civil.

Pela sua natureza e potencial de crescimento, merecem um destaque especial as actividades relacionadas com a produção de enchidos e as padarias. As fábricas de enchidos e cozinhas tradicionais são actividades relativamente recentes, mas evidenciam um elevado potencial de crescimento. Sustentadas numa forte ligação ao território e ao saber tradicional, algumas destas unidades experimentaram forte crescimento da sua actividade nos últimos anos. Já as padarias, baseando-se igualmente em saber tradicional e imagem do território, produzem sobretudo para o mercado da cidade de Bragança.

No quadro seguinte sintetiza-se o conjunto de unidades identificadas na área do Parque no sector secundário, assim como o número de pessoas que envolvem e o valor acrescentado que se estima que gerem.

**Tabela 5 – Valor da produção do Sector Secundário no Parque Natural de Montesinho**

Tipo Unidade	Nº Unid	Nº Trabalhadores			Valor Acrescentado (€/ano) (1)
		Assalariados		Familiar	
		Perma	Eventu.		
Padaria	4	11	0	8	99670
Empreiteiro construção civil	13	31	15	18	335731
Fábrica Enchidos	2	14	0	4	94424
Cozinhas tradicionais	4	0	8	8	83933
Carpintaria	4	13	2	7	115408
Serralharia	2	3	0	5	41966
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>72</b>	<b>25</b>	<b>50</b>	<b>771 133</b>

Fonte: Recolha directa por consulta aos Presidentes de Junta de Freguesia

(1) – Valor estimado com base no custo de oportunidade do trabalho empregue nestas actividades, valorizado segundo o salário mínimo nacional

### 1.3 Sector terciário

No sector terciário as principais actividades identificadas no Parque Natural de Montesinho são aquelas que se relacionam com o turismo e restauração e pequeno comércio. Pela sua natureza, não é possível avaliar integralmente os benefícios relacionados com estas actividades, uma vez que a maior parte deles são captados fora do território do PNM.

Procurou-se aqui avaliar exclusivamente os benefícios das actividades existentes no interior do Parque, agrupando a análise por subsector de actividade.

#### *Turismo em Espaço Rural*

Identificados os alojamentos turísticos existentes (ver caracterização da actividade no ponto 5), as suas características e capacidade de acolhimento, o passo seguinte seria o de reconstituir as contas económicas da actividade. Por razões diversas, seja porque não existiam registos ou então não era fiáveis, não foi possível recolher essa informação. Mesmo os dados relativos a taxas de ocupação e preços dos alojamentos são pouco rigorosos e constituem apenas uma aproximação. Os preços praticados são variáveis consoante as épocas do ano e, frequentemente, são inferiores aos preços anunciados.

Não sendo possível fazer uma avaliação rigorosa do valor da actividade, optou-se por estimar um valor médio de preços e taxas de ocupação com base na informação recolhida junto dos diversos estabelecimentos. Assim, para o conjunto dos 108 quartos nas diversas modalidades de turismo rural actualmente existentes, estimou-se uma taxa de ocupação média de 50% em época alta e de 20% em época baixa. O preço médio é de cerca de 40€ por quarto em época baixa e 55 € em época alta. A época alta, de cerca de 50 dias por ano, corresponde aos períodos festivos de fim de ano, Páscoa e Carnaval e ao mês de Agosto.

Com base nestes valores, podemos estimar uma receita bruta de cerca de 407 000 Euros resultante do turismo em espaço rural no PNM.

Os 19 estabelecimentos de turismo rural privados actualmente existentes são conduzidos maioritariamente com base em trabalho familiar, complementarmente a outras actividades. No seu conjunto, estimou-se que o trabalho prestado no conjunto destes estabelecimentos seja de cerca de 19 postos de trabalho em tempo integral, ainda que, na prática, muitas mais pessoas estejam envolvidas, mas apenas em tempo parcial. No caso dos abrigos de montanha propriedade do Parque, após um período de paragem da actividade, tem-se vindo

recentemente a restabelecer o normal funcionamento destes alojamentos com base em parcerias com as juntas de freguesia. Com base no trabalho empregue nestas actividades fez-se uma estimativa do Valor Acrescentado desta actividade (ver tabela abaixo), o qual rondaria os 150 000 euros por ano.

Trata-se, pois, de uma actividade ainda incipiente, tanto no valor de visitantes como no valor económico que gera. Evidência, contudo, um elevado potencial de crescimento.

### ***Restauração e pequeno comércio***

Estas actividades económicas assumem algum peso no conjunto do território do Parque Natural de Montesinho. De facto, quase todas as aldeias possuem um pequeno café, ao qual por vezes se associa uma mercearia (ver tabela abaixo). Os restaurantes localizam-se quase todos próximo da cidade de Bragança (cinco deles em Gimonde) e, como já se referiu, articulados sobretudo com a cidade. Surgem ainda, com carácter excepcional, alguns pequenos negócios de outro tipo, como sejam a venda de electrodomésticos, ourivesaria ou uma agência funerária. No seu conjunto estas actividades proporcionam ocupação a 236 pessoas

**Tabela 6 – Valor da produção do Sector dos Serviços no Parque Natural de Montesinho**

Tipo Unidade	Nº Unid	Nº Trabalhadores			Valor Acrescentado (€/ano) (1)
		Assalariados		Familiar	
		Perma	Eventu.		
Cafés	54	35	2	107	747527
Café + Restaurante	4	4	0	9	68195
Café + mercearia	2	0	0	4	20983
Minimercado	2	4	0	4	41966
Restaurantes	5	5	0	11	83933
Funerária	1	2		2	20983
Electrodomésticos / Ourivesaria	1	2		2	20983
Outras actividades de serviços	3	3		3	31475
Unidades Turismo Rural privadas	19	6	10	12	107539
Unidades Turismo Rural públicas	9	9 (2)			47212
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>70</b>	<b>12</b>	<b>154</b>	<b>1 143 584</b>

Fonte: Recolha directa por consulta aos Presidentes de Junta de Freguesia

(1) – Valor estimado com base no custo de oportunidade do trabalho empregue nestas actividades, valorizado segundo o salário mínimo nacional

(2) – Valor estimado

## **1.4 Benefícios indirectos**

Numa tentativa de identificar e quantificar os benefícios indirectos associados aos ecossistemas presentes no PNM, relacionados com as funções naturais que estes desempenham, cruzou-se a tipologia de serviços ecossistémicos com a classificação dos tipos de utilização do território, ambas já anteriormente utilizadas. Seria assim possível evidenciar a distribuição territorial das zonas com maior e menor potencial de fornecimento de serviços ecossistémicos. Porém, esta atribuição de valores não tem nenhum modelo analítico que a sustente, é puramente subjectiva e baseada na opinião de especialistas com base no seu conhecimento do território. Deve, por isso, ser tomada apenas a título ilustrativo. Classificou-se cada tipo de uso da terra com um índice que varia entre zero e três consoante a sua capacidade de fornecimento de serviços ecossistémicos (zero – não fornece

## RELATÓRIO

qualquer serviço, três máximo fornecimento do serviço em causa). O resultado dessa avaliação está apresentado no quadro seguinte. Repare-se que surge associado aos bosques de carvalho o fornecimento do maior número de serviços ecossistémicos. Porém, esta avaliação não tem em conta qualquer ponderação da importância relativa do serviço. Por outro lado, muitos destes serviços resultam das inter-relações entre os usos e, por isso, a avaliação isolada dos serviços ambientais de um uso em particular não tem em conta todos os factores que determinam a sua produção.

**Tabela 7 – Produção de Serviços Ecossistémicos no Parque Natural de Montesinho, segundo os tipos de uso da terra**

	Tipos de Uso da Terra (1)														
	CAI	CAE	Hort	Vin	Cast	Pom	Lam	Carv	Azin	Rip	Pin	Cast	Outr	Mt	Ag
<b>Tipos de serviços ecossistémicos</b>	1111	1112	112	121	122	123	131	2111	2112	213	221	222	229	3	6
<b>Funções de regulação</b>															
Sequestração de CO2				1	3	1	1	3	3	3*		3	3	2	
Regulação climática				1	3	1	1	3	3	3*		3	3	2	
Prevenção de fenómenos catastróficos	3	3	3	2			3								
Regulação do ciclo da água	1	1	1	1	3	1	1	3	3	3*		3	3	2	
Fornecimento de água															3
Retenção do solo				1	2	1	3	3	3	3*		3	3	2	
Formação do solo	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2*		2	2	2	
Regulação do ciclo de nutrientes							2	3	3	3*		3	3	3	
Controlo biológico															
<b>Funções de habitat</b>															
Refúgio de biodiversidade	1	1	1	1	2	1	3	3	3	3*		3	3	3	3
<b>Funções de produção</b>															
Alimentos	3	2	3	3	3	3	3								2
Madeira, lenhas					3			3	3	3*		3	3	1	
Recursos genéticos	1	2	2	1	2	1	3	3	3	3*		2	2	3	3
Substâncias de uso farmacêutico															
<b>Funções de informação</b>															
Informação estética	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3*		2	2	3	3
Recreação							2	2	2	2*		1	1	2	3
Informação artística e cultural	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3*		3	3	3	3
Informação espiritual e histórica	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3*		3	3	3	3
Educação e ciência	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3*		3	3	3	3

Fonte: avaliação com base em opinião de especialistas

Notas:

\* - considerando o risco de incêndio associado a este tipo de uso, não se atribuíram serviços ecossistémicos a este tipo de uso da terra

(1) – Ver tabela anterior quanto ao significado da legenda dos tipos de uso da terra